

CIDADE

EZIO PHILOT



O sanitário não utiliza água e as fezes são tratadas para serem utilizadas como adubo orgânico.

Sertão do Carangola inova com sanitário projetado na África

RUBENS SILVA
Redação Tribuna

O Instituto Ambiental está instalando no Sertão do Carangola quatro sanitários a seco e, segundo seu diretor Valmir Faccini, o método evita que aconteça a contaminação dos rios por coliformes fecais. "Esse projeto foi desenvolvido na África do Sul, na cidade de Johannesburg, pelo engenheiro Gavin Trobe, que há nove anos o projetou", explicou.

O sanitário a seco, como o próprio nome sugere, não se utiliza de água, que acabaria indo parar dentro dos rios, e a grande sacada está na forma como a urina e as fezes são tratadas. O vaso é semelhante aos utilizados em nossas casas, mas com uma diferença: no fundo existe um buraco que dá acesso à câmara

onde a parte líquida é separada da sólida, e com o passar dos dias e o aumento de quantidade, elas se separam por completo. "São vários estágios e a força da gravidade faz com que as fezes que vão secando fiquem a cada dia mais ao fundo, até que por fim cheguem ao depósito final onde poderão ser aproveitadas como adubo orgânico. A parte líquida evapora por completo", contou Faccini.

O Instituto Ambiental é uma ONG que tem como finalidade maior evitar a poluição e degradação dos rios e nascentes, já que a cada dia a situação fica mais complicada. "Os coliformes fecais são os maiores responsáveis pelo comprometimento da qualidade da água e para purificá-la se gasta uma

verdadeira fortuna, com estações de tratamento, que poderiam ser bem mais simples", disse.

Gavin Trobe, que veio a Petrópolis supervisionar a instalação das quatro unidades do sanitário, afirma não existir problemas em relação aos odores, já que uma torre de exaustão retira todo gás produzido pela ação dos microorganismos. "Na África do Sul serão instaladas 20 mil unidades, financiadas pelo governo, que percebeu a eficácia do método", disse ele.

O custo de cada sanitário está calculado em cerca de R\$ 400, porém o alto valor se deve à importação, segundo o diretor do Instituto Ambiental. "Se o produzíssemos no Brasil em série, o valor cairia muito", encerrou Faccini.